

PÁGINA 9: Amazônia perdeu 470 mil km² de florestas neste século. / PÁGINA 10: Kandir explica distribuição de verbas do Orçamento, mas não convence oposição. / Aids terá R\$ 147 milhões da arrecadação da CPME / PÁGINA 11: Pesquisa Soma mostra que brasileiro aprova reformas previdenciária e administrativa. / PFL defende debate de agenda política.

MADEIREIRAS SOB PRESSÃO

Governo suspende por dois anos exploração de mogno e virola na Amazônia e limita o desmatamento a 20% das propriedades

Ronaldo Brasiliense
Da equipe do Correio

O governo editou, ontem, o mais duro "pacote ecológico" da década no País. Decretou moratória, por dois anos, no corte de mogno e virola — as madeiras da Amazônia mais comercializadas no exterior —, brecando novas concessões de corte, e alterou, por meio de medida provisória, o artigo 44 do Código Florestal, limitando o corte da floresta a 20% da dimensão das propriedades em toda a Amazônia, uma medida há anos pedida pe-

los ambientalistas do País.

A decisão de suspender a exploração de mogno foi tomada depois que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), de São José dos Campos (SP), liberou dados mostrando que houve um recrudescimento dos desmatamentos na floresta amazônica nos últimos anos, o que certamente causaria um impacto negativo no exterior para a imagem do Brasil.

Para convencer o presidente Fernando Henrique a decretar a moratória do mogno e da virola, os ministros Gustavo Krause (Meio Ambien-

te), Luiz Felipe Lampreia (Relações Exteriores), Israel Vargas (Ciência e Tecnologia) e o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), Eduardo Martins, argumentaram que o mogno é simbólico no exterior e ajuda a financiar os desmatamentos na Amazônia.

PEITO ABERTO

"Vamos enfrentar de peito aberto a delinquência econômica na exploração madeireira", exultou Gustavo Krause, feliz com a determinação mostrada pelo presidente Fernando Henrique de apoiar, sem restrições, o "pacote ecológico".

Krause procurou tranquilizar a indústria madeireira da Amazônia, mostrando que as empresas que possuem plano de manejo e adotam uma política de desenvolvimento sustentável, não precisam ter receio. "Quem

explora a floresta de forma sustentável pode ficar tranquilo", disse.

O decreto que suspendeu a exploração do mogno e da virola não se aplica à exploração dessas madeiras em florestas plantadas, abrindo uma brecha para que as madeiras tenham campo para trabalhar por mais um tempo em antigas concessões, já que não se tem notícia de que haja florestas plantadas de mogno na Amazônia já com idade de corte (o mogno só começa a ser cortado após 20 anos).

NA MARRA

O presidente do Ibama, Eduardo Martins, ressaltou a determinação do presidente Fernando Henrique de apoiar a moratória, inclusive garantindo a liberação de recursos para que a fiscalização do órgão atue com rigor contra os infratores que

insistirem em explorar mogno e virola em novas áreas.

Segundo Martins, em algumas regiões da Amazônia, as madeiras têm invadido áreas particulares — inclusive reservas indígenas —, às vezes com pistoleiros armados, retirando mogno na marra.

Gustavo Krause antecipa, por outro lado, que o Ministério do Meio Ambiente vai assegurar recursos para garantir que a fiscalização do Ibama tenha todas as condições para preservar o mogno em áreas de floresta ainda intocadas pela indústria madeireira.

O Inpe atuará junto a Ibama no monitoramento dos desmatamentos com utilização de imagens de satélite — mas o ministro Krause reconhece que, no caso do mogno e da virola, os satélites não conseguem captar cortes seletivos na floresta, daí a ne-

cessidade de se garantir fiscalização in loco, principalmente nas regiões mais inóspitas da Amazônia.

MUDANÇAS

O ministro Krause também destacou a medida provisória que altera o Código Florestal num dos artigos mais criticados pelos ambientalistas brasileiros: o que permitia o corte raso da floresta em até 50% das propriedades. Com a alteração, qualquer fazendeiro somente poderá desmatar 20% de sua propriedade se esta tiver 100% de sua cobertura vegetal.

A medida provisória enviada ao Congresso Nacional beneficia os estados do Pará, Rondônia, Amazonas, Acre, Amapá, Roraima e Mato Grosso. "A proteção dos recursos florestais da Amazônia constitui um dos elementos centrais da política ambiental brasileira", concluiu Krause.

Para ecologista, é bom começo

As organizações ambientalistas elogiaram as medidas para controlar a exploração do mogno e da virola, mas desconfiam que o governo continuará tendo dificuldades para fiscalizar o corte ilegal da madeira.

Garu Batmianian, diretor executivo da WWF, disse que o decreto do governo foi publicado como uma resposta ao crescimento do desmatamento registrado desde 1992. Ele preferiu ser cauteloso e avaliou as medidas apenas como um "bom começo" para a preservação das espécies.

"O que nos preocupa é que o governo aumente a fiscalização. Se fizer isso poderá obter resultados a longo prazo", afirmou Batmianian, que denuncia uma forte exportação ilegal de mogno pela fronteira, especialmente com a Bolívia.

ERRO

O ecologista lembrou que no ano passado houve uma tentativa frustrada no Brasil para regularizar o comércio do mogno. A posição oficial era de que o mogno, utilizada para a fabricação de móveis, não corria risco de extinção.

O governo, segundo ele, não quis incluir essa madeira na lista de produtos da Conferência Internacional para o Comércio de Espécies Ameaçadas de Extinção "Agora reconheceram que estavam errados", disse Batmianian.

A reação da organização ambientalista internacional Greenpeace foi mais calorosa. A organização classificou o decreto do presidente Fernando Henrique Cardoso como uma vitória da entidade. Paulo Adário, diretor de desenvolvimento da entidade, acredita que a notícia terá um forte e positivo impacto internacional.

Na sua opinião, o governo foi "politicamente hábil" ao anunciar as medidas de preservação ao mesmo tempo em que revela os índices atualizados do desmatamento na Amazônia. Dessa forma, o presidente Fernando Henrique Cardoso evitou críticas de ambientalistas de todo o mundo contra o aumento do desmatamento.

Mas ele prevê uma reação negativa da bancada dos Estados amazônicos no Congresso Nacional. "Se for preciso nos mudaremos para Brasília", assegurou Paulo Adário, que garante fazer pressão sobre os parlamentares para que aprovem as medidas do governo. Ele pedirá que os afiliados da organização escrevam cartas de apelo aos deputados.

CAMPANHA

Em nota divulgada ontem, o Greenpeace diz que a taxa de desflorestamento na Amazônia Legal aumentou 26% entre 1991 e 1994. Há quatro anos, a entidade faz uma forte campanha contra o corte predatório de madeira amazônicas, em particular o mogno.

"O Greenpeace saúda a decisão do governo e pede ao Congresso que aprove sem tardar a medida provisória, que vai apresentar uma importante contribuição na preservação dos recursos florestais brasileiros", diz a nota. (CL)



A organização ambientalista internacional Greenpeace vinha liderando desde o início dos anos 90 o movimento contra o corte e a comercialização do mogno em todo o planeta

Fiscalização do comércio será facilitada

Carlos de Lannoy
Da equipe do Correio

Um dos maiores especialistas em desmatamento no Brasil, o ecologista norte-americano Philip Fearnside, acredita que o governo não terá dificuldades em controlar a circulação ilegal de mogno e virola. "Quando tudo é proibido fica mais fácil fiscalizar. Não tem como esconder a madeira", diz ele, que trabalha para o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa).

Infelizmente, segundo ele, o Brasil está tomando as medidas de con-

trole necessárias muito tarde. Philip cita a madeireira Brumosa, que teria aniquilado com as reservas de virola no Amapá nos últimos dez anos. "A maioria das reservas foi arrasada", lamenta o ecologista.

A exploração irregular acontecia muitas vezes, segundo ele, aos olhos das autoridades. Como as leis de controle não eram rígidas, era fácil driblar a fiscalização.

Este ano, por exemplo, descobriram o roubo de mogno em reservas da Aeronáutica na Serra do Caximbo, no Pará. "É impressionante, os madeireiros fizeram 200 quilôme-

tros de estradas e puseram 150 homens trabalhando no desmatamento", denuncia.

PERDAS

Na opinião de Philip, madeireiros, exportadores e políticos devem começar uma campanha para derrubar a moratória. Mas o Brasil só tem a ganhar: "A exploração ilegal não gera impostos e o país não tem nada a ganhar com ela", afirma o pesquisador, que acredita na boa vontade do governo em implementar a moratória durante dois anos do mogno e da virola.

ANÁLISE DA NOTÍCIA

Jogando para a platéia

Não havia outra alternativa: ao analisar os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que mostravam um crescimento dos desmatamentos na Amazônia a partir de 1991, o ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, sabia que tinha à mão um dossiê explosivo.

Até a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), o Brasil era apontado de forma unânime, como um dos maiores vilões da ecologia mundial por causa dos desmatamentos na Amazônia.

Ao divulgar ontem os dados do Inpe, mostrando a evolução dos desmatamentos, o governo brasileiro tratou de incluir, no "pacote ecológico", duas medidas de grande impacto: a moratória no corte do mogno e da virola, por dois anos, em novas áreas, e alterações no Código Florestal, dificultando o desmatamento de

áreas de floresta em propriedades.

Não há dúvida de que a moratória do mogno ganhará ampla repercussão internacional. Afinal, organizações não governamentais internacionais como Greenpeace, WWF e Amigos da Terra desenvolvem há anos campanhas no Brasil contra a exploração predatória do mogno.

Por isso, o "pacote ecológico" anunciado ontem pelo presidente Fernando Henrique foi encaminhado de imediato às embaixadas brasileiras no exterior. A ordem é tentar ganhar espaços na mídia na Europa e Estados Unidos com a moratória do mogno. E procurar esconder, ao máximo, os efeitos negativos do incremento dos desmatamentos.

Mais ou menos como disse, no episódio das parabólicas, o ex-ministro da Fazenda Rubens Ricupero: "O que é ruim a gente esconde" / (RB)

ESPECIAL SAVEIRO, LOGUS E POINTER:
PREÇOS E TAXAS DE FINANCIAMENTO EXCLUSIVAS

FINANCIAMENTO TOTAL 100%*

TAGUATINGA TEM

O MELHOR DA TABELA OLÍMPICA NA AVALIAÇÃO DO SEU USADO E MUITO MAIS:
Entrada a partir de 20% financiada em até 6 pagamentos* e o saldo em até 36 meses.

Taguauto
SETOR DE CONCESSIONÁRIAS DE TAGUATINGA
351-9999

*PRESTATAÇÕES COM VARIAÇÃO CAMBIAL E SUJEITO A APROVAÇÃO DE CAUSADO JUROS E PRAZOS VARIÁVEIS CONFORME O PERCENTUAL DA ENTRADA PLANOS COM TR, VARIAÇÃO CAMBIAL OU FIXAS